

ATA Nº 3

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de **dois mil e dezoito**, pelas nove horas e quinze minutos, teve lugar, no **Auditório Dr. Jorge Gama**, nos **Paços do Concelho**, a **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, com a **Ordem de Trabalhos que se segue**: _____

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	
II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”	
III – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA	
1º -	APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
2º -	IGF - COMUNICAÇÃO

O **Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Alberto Luís de Oliveira Vilas**, após constatar a existência do necessário quórum deu início aos trabalhos, proferindo a habitual saudação protocolar e desejando um trabalho profícuo em prol de Valença. _____

Pela Mesa foi verificada a **substituição** de alguns Membros deste órgão que, através de declaração escrita, fizeram chegar ao Secretariado de Apoio e à Mesa da Assembleia. Assim, usando da faculdade que lhes é permitida pelo artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na redação dada pelo Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, os Membros Srs. Elisabete Frade Lopes Viana; Vasco Rodrigo Marques Severino; Maria Benvinda de Oliveira Gonzalez; Manuel Álvaro Guimarães Gomes e Orlando Vasco da Cunha Oliveira, foram **substituídos**, no exercício das suas funções pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da respetiva lista, respetivamente, pelos Membros Srs. Fernando Vidal Lourenço, Manuel Lourenço Viana, Ana Cláudia Gomes Moreira, Carlos Aleixo Pereira Gomes e Maria do Carmo Costa Branco da Silva Duarte. Mais foram verificadas as **faltas** dos Membros Srs. Ana Raquel Soares Sanches e Carlos Manuel Afonso Pereira, desde já consideradas justificadas pelo quórum existente. _____

Verificadas as **substituições e as faltas**, a sessão contou com a presença dos seguintes Membros: _____

Alberto Luís Oliveira Vilas; Inês Rita da Silva Ferreira; Paulo Jorge da Cunha Esteves; Aurélia da Conceição Costa Correia; Jorge Moura Rodrigues; Paula Alexandra Melim dos Santos Natal; Cristóvão Amorim Pereira; Avelino António Oliveira Marinho; Isabel Granjo Vaz; Fernando Vidal Lourenço, Manuel Lourenço Viana; Vitor Manuel Costa de Oliveira; Óscar Gabriel Pereira da Silva; Ana Margarida Garcia Tomé; Luís Manuel Gomes Amorim; José António Lopes Nogueira; Ana Cláudia Gomes Moreira; Carlos Aleixo Pereira Gomes; Maria do Carmo Costa Branco da Silva Duarte; Cláudia Sofia da Costa Narciso Labrujó; Jorge Manuel de Sousa Fagundes; Manuel António Soares Brito; Rui Miguel Araújo Ferreira; António Lima Sousa; Francisco José Rodrigues Romeu; Paulo Jorge Nobre Pacheco; Manuel Alberto Alves de Barros; António Joaquim Dias; Maria Fernanda Esteves Sousa Ferreira e José Manuel Montenegro Roda. _____

Para além dos membros da Assembleia Municipal, também estiveram presentes o **Sr. Presidente da Câmara Municipal, Jorge Manuel Salgueiro Mendes** e **Srs. Vereadores**. _____

Verificada a ausência do 1º Secretário da Mesa, Sra. Elisabete Viana, o Sr. Presidente da Mesa solicitou ao Membro Sra. Paula Natal que coadjuvasse a mesa, nos seus trabalhos. Assim, assumiram funções para 1º e 2º secretários, os Membros Srs. Paulo Esteves e Paula Natal, respetivamente. _____

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, seguindo a ordem de trabalhos, solicitou junto do público presente inscrições para o respetivo período, não se tendo registado qualquer inscrição. _____

II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

Dando início ao período de antes da ordem do dia, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Primeiro Secretário, Sr. Paulo Esteves** o qual, após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido, no período compreendido entre 22 de dezembro último e 26 de fevereiro corrente, informando que a documentação se encontra à disposição dos Membros no dia da sessão e no secretariado de apoio, no Edifício dos Paços do Concelho. _____

Prosseguindo, o Sr. Presidente da Assembleia referiu que, na sequência da disponibilização do projeto da **ata n.º 2 referente à sessão ordinária realizada no dia 22 de Dezembro último**, surgiram pequenas correções, as quais, achadas conformes, foram vertidas para a mesma, pelo que, estando em condições, de a colocar a discussão, questionou da intenção de intervirem. _____

Finalizadas as apreciações, a **Assembleia Municipal**, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 57º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no n.º 4 do citado artigo, deliberou, **por maioria**, aprovar a **ata n.º 2**, referente à sessão ordinária realizada, no dia **22 de dezembro de 2017**, num universo de **21 votantes**, obteve 15 (**quinze**) votos **a favor**, com 6 (seis) **abstenções** dos Membros Srs. Fernando Lourenço, Manuel Viana, Luís Amorim, Ana Tomé, Carlos Aleixo e António Dias, por não terem estado presentes nessa mesma sessão. _____

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que foi entregue à Mesa a recomendação **“Conclusão urgente do processo de revisão do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI)”** apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, adiante designado por GMPS e que seguidamente se transcreve: _____

“Conclusão urgente do processo de revisão do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI)

O Plano Municipal de Defesa contra Incêndios (PMDFCI) é um plano de natureza sectorial de carácter obrigatório, em conformidade com o Decreto-Lei n.º124/2006, de 28 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º17/2009, de 14 de janeiro. Consiste num instrumento operacional que abrange todo o município e inclui o planeamento integrado das

intervenção as diferentes entidades ao nível da preservação, sensibilização, vigilância, deteção e supressão, intervindo estrategicamente ao nível da defesa da floresta contra incêndios. Para tal, visa operacionalizar, ao nível municipal, as normas contidas na legislação de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), no Plano Municipal de defesa da Floresta Contra Incêndios (PDFCI) e no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho (PROF-AM), estando a sua validade sujeita à aprovação do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

A deterioração dos solos, da sua qualidade produtiva, a aniquilação das espécies animais, o desaparecimento de espécies endémicas, o desaparecimento contínuo dos rios e da sua fauna e a contaminação de águas são resultados diretos da calamidade florestal que todos os anos se abate sobre as populações, desgastando ameaçadoramente a sua qualidade de vida.

Consequentemente, o PMDFCI existe para dar resposta a estas problemáticas pretendendo aumentar a resiliência do território, reduzir a incidência de incêndios, melhorar a eficácia do ataque e da gestão, recuperar e reabilitar os ecossistemas e adotar uma estrutura orgânica funcional e eficaz.

Segundo a informação disponibilizada no portal da Câmara Municipal de Valença, o último PMDFCI aprovado data de 2007 e a sua validade expirou já em 2012. Significa isto que Valença não possui ativo este importante instrumento de defesa da floresta contra incêndios há cerca de 6 anos.

Ainda de acordo com a informação disponibilizada no portal da CM de Valença, existe um documento elaborado pelo Gabinete Técnico Florestal e pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios e dividido em dois cadernos que se intitula “Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios”, datado de Novembro de 2014, mas que ainda se encontra sujeito a aprovação pelo ICNF. Ou seja, passados 4 anos, este novo plano ainda não obteve a indispensável aprovação do ICNF para a sua validação e implementação.

Considerando tudo o atrás exposto e a urgência do Município de Valença em ter um plano adequado à prevenção e combate aos incêndios e à defesa da nossa floresta num país que no último ano foi assolado por diversas tragédias relacionadas com os incêndios florestais, o Grupo Municipal do Partido Socialista recomenda na presente sessão ordinária da Assembleia Municipal de Valença:

1) Que o executivo municipal assumo o carácter urgente da aprovação do novo Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios junto do Gabinete Técnico Florestal e de todas as entidades com assento na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios envolvidas na sua elaboração, resolvendo os entraves que até agora inviabilizaram a aprovação do plano pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas;

2) Que, caso seja necessário, o executivo municipal recorra aos serviços das entidades externas profissionalizadas nesta temática para a revisão mais eficaz e célere Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Valença, que mereça finalmente a sua aprovação por parte do ICNF;

Valença, 27 de Fevereiro de 2018. Os deputados municipais subscritores desta recomendação”.

Terminada a leitura da recomendação pelo Membro Sr. Óscar Silva, foi solicitado pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata um **intervalo** para análise da mesma, pelo que o **Sr. Presidente da Assembleia** interrompeu a sessão pelas **09h40m**.

Retomados os trabalhos da sessão pelas **9h55m**, o Sr. **Presidente da Assembleia** procedeu à abertura de inscrições para discussão da proposta acima transcrita, tendo-se inscrito os Membros **Srs. Jorge Moura e Óscar Silva**. Sugeriu que a intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal fosse antecedente à dos membros inscritos, pelo que, não tendo existido qualquer oposição por parte do subscritor da recomendação, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Relativamente ao teor da recomendação o **Sr. Presidente da Câmara** informou os Membros da Assembleia que o Município submeteu ao ICNF, no passado dia 09, uma nova proposta do Plano Municipal de Defesa da Floresta elaborada com recurso a uma entidade externa e aprovada pela

Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios, no passado dia 31 de janeiro. Apesar de ainda não existir aprovação por parte do ICNF, o Município já possui o compromisso por parte do Sr. Ministro, com tutela na área, de que os planos irão ser aprovados até dia 31/03. Contudo se a sua aprovação não se efetivar, informou que irão atuar de acordo com aquilo que propuseram. _____

Seguidamente, referiu que existem diversos diferendos com o ICNF, transversais a todos os Municípios do Alto Minho, designadamente, a inflexibilidade em relação ao licenciamento das construções que distam a menos de 50m de zonas florestais, chegando a exigir o seu não licenciamento. Exigência abusiva, na medida em que, por exemplo, Valença, deverá reger-se, em matéria urbanística, pelo PDM. _____

Por último, informou que apesar de ainda não se possuir o PMDFCI aprovado pelo ICNF, o Município e as Freguesias tem realizado ações de sensibilização, junto da população, para a limpeza dos respetivos terrenos como prevenção à existência de fogos florestais, assim como, fogo controlado em várias freguesias do Concelho. _____

- **O Membro Sr. Jorge Moura**, após as habituais saudações, referiu que, após ter ouvido o Sr. Presidente da Câmara informar que já foi submetida ao ICNF nova proposta de PMDFCI para a respetiva aprovação, a recomendação não tem qualquer sentido por se traduzir numa duplicação de serviço, pelo que sugeriu que a mesma fosse retirada. Caso tal não aconteça e o seu objeto se mantenha, informou que não votariam favoravelmente a recomendação. Não afastou a possibilidade de encararem a sua votação caso alterem o objeto da recomendação para o Governo tomar uma decisão no sentido de agilizar o processo de aprovação do PMDFCI. _____

Tendo em conta a proposta de retirar a recomendação, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao seu subscritor para se pronunciar. _____

Pelo **Membro Sr. Óscar Silva** foi referido que, apesar de o PS ter acolhido com agrado os desenvolvimentos relativos à revisão do Plano Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios e à sua submissão junto do ICNF, não retirariam a proposta por não existirem garantias de que plano irá ser aprovado em Março e continuam a considerar pertinente a recomendação que o seu Grupo Municipal apresentou, cujo objeto é reforçar a agilização, eficácia e celeridade na aprovação do PMDFCI. Dada a pertinência da recomendação e porque nada se lhes afigura como garantia da aprovação do plano até finais do mês de março não acederam à sugestão de retirar a proposta. _____

Perante esta decisão do Grupo Municipal do Partido Socialista, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou a recomendação a votação, apesar de continuar a considerar uma duplicação de serviços. _____

Termos em que, num universo de 28 Membros, a recomendação **“Conclusão urgente do processo de revisão do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI)”** foi rejeitada por 19 (dezanove) votos contra dos membros Srs. Alberto Luís Oliveira Vilas; Inês Rita da Silva Ferreira; Paulo Jorge da

Cunha Esteves; Aurélia da Conceição Costa Correia; Jorge Moura Rodrigues; Paula Alexandra Melim dos Santos Natal; Cristóvão Amorim Pereira; Avelino António Oliveira Marinho; Isabel Granjo Vaz; Fernando Vidal Lourenço, Manuel Lourenço Viana; Jorge Manuel de Sousa Fagundes; Manuel António Soares Brito; Rui Miguel Araújo Ferreira; António Lima Sousa; Francisco José Rodrigues Romeu; Paulo Jorge Nobre Pacheco; Manuel Alberto Alves de Barros; Maria Fernanda Esteves Sousa Ferreira, e 9 (nove) votos a favor dos restantes Membros presentes. _____

PRESENÇA DE MAIS MEMBROS: Quando os trabalhos da reunião iam neste momento, a sessão contou com a presença dos Membros Srs. Cristóvão Pereira e António Sousa. _____

INTERVENÇÕES E INTERPELAÇÕES

Passando às **interpeleções ao Sr. Presidente da Câmara Municipal**, registaram-se as inscrições dos seguintes Membros Srs. Cláudia Labrujó, Francisco Romeu, Óscar Silva, Paula Natal, Inês Ferreira. _____

- O Membro **Sra. Cláudia Labrujó**, após as habituais saudações, solicitou que se retifique a falta de semáforos para peões junto à Caixa Geral de Depósitos, porque quem está de lado só possui semáforo do seu lado esquerdo. _____

Proseguindo, referiu que o Município deverá ter em linha de conta os seus visitantes e aquelas pessoas que trabalham diariamente neste Concelho, porque apesar de já ter alertado a quem de direito, Valença continua a parecer uma Cidade buraco, tendo sugerido que em cada buraco se coloque uma flor para ser considerada a Cidade Flor. A este propósito, mencionou que não se justifica que se demorem semanas ou até meses a executar trabalhos de requalificação nas vias rodoviárias. _____

Seguidamente, questionou de quem é a responsabilidade da obra que está a decorrer desde o cruzamento de Santa Luzia até ao cruzamento dos Esquecidos, na medida em que deparou-se, ontem, com um corte de via que, no seu entender, não exigia. Os moradores não foram avisados e o mesmo foi efetivado com recurso a caixotes do lixo e fitas brancas e vermelhas, pelo que os responsáveis por este género de obras deverão ter o cuidado de alertar os moradores e utilizar sinalização adequada. Referiu ainda que a propósito das obras que estão a decorrer junto à GALP, não estarem devidamente identificadas, nem possuírem sinalização correta, levou-a a chamar a GNR, por considerar que poderiam originar acidentes rodoviários, pelo que questionou de quem é a responsabilidade das mesmas. _____

– O Membro **Sr. Francisco Romeu**, após as habituais saudações, congratulou-se com a iluminação das passeadeiras. Seguidamente, questionou, apesar de se verificar que a população está a proceder de acordo com as orientações do governo no que concerne às limpezas de terrenos e dado o curto espaço de tempo para a sua concretização, se o Município, a partir de 15 de março, iria substituir-se aos proprietários nas referidas limpezas, conforme premissa publicada. Por último, mencionou locais que deverão ser alvo desse mesmo tipo de limpeza, como sendo a Estrada do Faro, Azenhas-Vilar, etc. _____

– O Membro **Sr. Óscar Silva**, após as habituais saudações, mencionou que a sua intervenção iria versar sobre a limpeza das florestas, mato e vegetação, imposta pelo Governo com o prazo geral até 15 de março. Termos em que, considerando a urgência do cumprimento dessa determinação do governo sob pena da aplicação de multas aos proprietários e também do possível corte de transferências para os

Municípios que não atuem de acordo com essa determinação, no caso de incumprimento por parte dos proprietários, considerando que nesse Decreto-Lei parece que se identificam freguesias de primeira prioridade que, supostamente, tem que ser feita a limpeza até 15 de março e que também existem freguesias de segunda prioridade cuja limpeza tem de ser feita até 31 de maio, com o sendo as Freguesias de Gandra e Taião, Gondomil e Sanfins, e Boivão, questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal que diligências foram tomadas para alertar a população das freguesias para esta temática, bem como, que mecanismos irão ser adotados para zelar pelo cumprimento desta exigência. Ainda a este propósito e porque considerou oportuno, solicitou que o esclarecesse sobre a identificação das freguesias de primeira e segunda prioridade. _____

Seguidamente, questionou sobre os objetivos delineados para a efetivação da obra de requalificação que vai desde o largo Acácio Fernandes até ao largo do Senhor dos Esquecidos e sobre as possíveis alterações de normas e regulamentos de trânsito e de circulação que possam estar contempladas para estes locais. _____

Finalmente e tendo em conta a eleição efetuada, na sessão deste órgão ocorrida no dia 22 de dezembro último, para as diversas Comissões e Conselhos Municipais, e considerando que algumas delas são de diferente alçada, questionou os Srs. Presidentes da Assembleia e Câmara, se já ocorreram as tomadas de posse e as respetivas reuniões para iniciar dos seus trabalhos. Finalizou, dizendo que deveriam estar mais atentos para evitar a quase total inatividade que sucedeu nessas mesmas Comissões e Conselhos Municipais durante o mandato anterior. _____

– O Membro **Sra. Paula Natal**, após as habituais saudações, mencionou que tem verificado que a população deposita os restos das podas nos contentores do lixo, pelo questionou se o Município paga a sua recolha ao peso. Caso assim seja, seria oportuno elucidar e sensibilizar a população para esse facto, através de documentos a afixar, por exemplo, pelas Juntas de Freguesias. _____

Proseguindo, mencionou que, após ter feito uma reflexão daquilo em que gosta de participar, em Valença, concluiu que existiram, a nível cultural e desportivo, várias provas internacionais em várias modalidades, com sendo o projeto das Comédias do Minho, o Carnaval das Associações e Escolas e o Ciclo de Jazz. Considerando que muitos deles começaram do zero e que não existe muito de novo, aquilo que devemos reter como importante é a crescente adesão da população e dos visitantes em relação ao habitual, portanto Valença continua a evoluir a nível cultural e desportivo. A registar de novo, o evento que primeira vez foi realizado para passagem de ano no Largo da Estação, num formato que permitiu a participação dos diversos bares de Valença, a atuação de excelentes profissionais, como sendo do grupo musical “Kalhambeque”, dos Dj’s e de um extraordinário fogo de artifício. Terminou a sua intervenção, a partilhar que Finalmente encontrou o Óscar. _____

- O Membro **Sra. Inês Ferreira**, após as habituais saudações, alertou para a necessidade de se solucionar diversas questões relacionadas com a visibilidade na circulação rodoviária em vários locais no centro do concelho, como por exemplo, junto à unidade Comercial – Lidl – não possui visibilidade suficiente a quem vem do largo da Trapicheira, devido à existência de lugares de estacionamento que são ocupados junto à mesma e que impedem a necessária visibilidade para quem sai dessa Unidade Comercial, pelo que sugeriu que, a não ser possível eliminação da totalidade dos lugares de estacionamento aí existentes, pelos menos que se erradique o último por forma a proporcionar necessária visibilidade. À semelhança

deste local existem outros, com o mesmo género de problema, como sendo quem sai do final da Rua do Jardim para a Avenida de Espanha, estando carros estacionados junto ao jardim e às lojas do Sr. Pinto da Costa, dificultam a visibilidade a quem sai para essa rua. Mais, a saída junto “Chave 3” que apesar de se verificar que a circulação na Avenida dos Bombeiros Voluntárias está mais moderada devido à lombada colocada imediatamente antes dessa saída, continua a ser uma saída problemática, o mesmo se passa com o Cruzamento da Avenida 25 de Abril, com a Domingos Aguiar e ainda no acesso à Zona Escolar, verifica-se falta de civismo de alguns condutores porque estacionam em cima da curva. Sabe que não é responsabilidade da Câmara, contudo entende que poderia tomar diligências junto das entidades competentes, no sentido de que se corrijam esses aspetos. _____

Por último, questionou quando é que os membros desta Assembleia tem acesso ao wi-fi. _____

Finalizadas as intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que lhe foram solicitados. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Membro Sra Cláudia Labrujó em relação aos semáforos, que também já se apercebeu que os peões que estejam de frente para o Banco Santander terão que aguardar pela indicação do semáforo existente junto à CGD, que segundo informação de que dispõe, deve-se à forma como a instalação foi efetuada. _____

Em relação à rede viária no concelho, mencionou que existem algumas ruas e caminhos com necessidade de intervenção, algumas na sede do Concelho e outras na freguesia de Cerdal. De forma a sanar estes problemas, que vão teimando em permanecer, foi feita uma adjudicação para pequenas intervenções na rede viária em vários locais do concelho, porque muitas das intervenções deste género eram realizados pelos recursos humanos do Município, o que não é possível no presente. _____

Prosseguindo, mencionou que as obras na zona dos Esquecidos efetivamente implicaram o corte da via na sua totalidade. No que concerne à falta de sinalética adequada às intervenções levadas a efeito para infraestruturas do Gás, no caso em concreto junto ao posto de abastecimento da Galp, informou que, uma vez identificados, têm tomado as diligências tendentes à sua correção. Mais referiu que, inclusivamente, a EDP, nas intervenções que tem levado a efeito na via pública, tem tido alguns problemas com a GNR, devido à ausência de sinalética e da necessária autorização para o efeito passada pela Câmara Municipal ou pelo IMTT. A autorização, apesar de genérica, não invalida a colocação da devida sinalética para cortes totais ou parciais da via pública que se colocada não seriam atuados. Todas as empresas que trabalham para a EDP têm tido problemas com as forças da ordem por essas razões. _____

Em relação à intervenção do Membro Sr. Francisco Romeu, no que concerne às passadeiras iluminadas, informou que lhes falta resolver a questão das luzes verticais nas passadeiras, sobretudo na Avenida Miguel Dantas, por se tratar de um equipamento cujo invólucro em vidro se repercute numa despesa de cerca de 400 euros e que é constantemente vandalizado. Trata-se de uma tecnologia ultrapassada e que apesar de estar prevista a sua substituição, enquanto tal não acontece socorrerem-se do aproveitamento de peças do mesmo tipo de equipamento que já se encontra sem utilizar. _____

Prosseguindo em relação às atividades, congratulou-se com o resultado de todas aquelas que tem sido realizadas quer a nível desportivo quer a nível cultural, como por exemplo, a realização da festa de fim-de-ano. Desafio lançados pela comunidade para o qual a autarquia estará disponível para apoiar, não se passando o mesmo com as entidades que consideram que tudo deve ser feito pela autarquia quer seja a

nível financeiro quer a nível logístico. Foi uma experiência que apesar de difícil organização, o resultado final do evento foi excelente e mais do que meritório, pelo que efetuou um voto de louvor à equipa organizadora do mesmo, esperando que se volte repetir. _____

Em relação à dificuldade de visibilidade na circulação rodoviária nalguns locais, ocasionada pelos estacionamento, informou que junto à unidade comercial “Lidl” ficará sanada com a execução da intervenção na zona da “Ponte Seca”, designadamente com a implementação de uma passadeira elevada que contribuirá para a redução da velocidade na zona, assim como, poderá ser alterado a quantidade de estacionamento aí existentes. _____

Em relação ao Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios e todas as questões que em torno do mesmo foram levantadas pelos Membros Srs. Óscar Silva e Francisco Romeu, informou que o Município tem algumas competências na área da prevenção contra incêndios e para o efeito possui uma equipa de sapadores florestais financiada em 50% pelo Ministério da Agricultura, através da Associação de Produtores Florestais e uma equipa dos “Verdes” que reforça a anterior, assim como, recorrem ao Centro de Emprego para o respetivo recrutamento, sempre que seja necessário formar mais uma equipa. Uma destas equipas, em 2014, plantou, em média, 23.500 árvores. A proposta do novo Plano Municipal da Defesa da Floresta prevê a limpeza de 455 hectares, que não estando aprovado pelo ICNF, mesmo assim realizaram fogo controlado em 382 hectares do Concelho. Foram beneficiados caminhos florestais de 2015 até 2017, em média 30Km/ano. Proporcionaram apoio em plantações de árvores e ações de limpeza pública em diversas freguesias como sendo, em Verdoejo, Gondomil, Sanfins e Silva, assim como, realizaram ações de sensibilização com o apoio do Gabinete Florestal da autarquia, SEPNA, ICNF, Baldios, Juntas de Freguesia, junto da população e escolas, que efetivamente surtiram resultados positivos, na medida em que população está a proceder de acordo com as exigências do Governo mencionadas a montante. No passado fim de semana estiveram em Verdoejo, Ganfei, Gandra e Fontoura. Existem algumas situações sinalizadas, algumas delas pelos Srs. Presidentes de Junta e a partir do dia 15 de maio o Município irá intervir. Para o efeito, procedeu à abertura de concurso para limpeza de 50 hectares para zonas combustíveis, assim como, um perímetro de 10 m de cada lado das estradas sinalizadas nas zonas industriais de Valença e São Pedro da Torre e para alguns perímetros urbanos de algumas freguesias, para os locais considerados prioridade 2 (tem de estar limpo até final do mês de maio). Não existe nenhum lugar ou freguesia que tenha sido considerada de prioridade 1. Esta limpeza custará cerca de 100.000 (cem mil) euros, ronda os 2000(dois mil)euros/hectare. Existem faixas contínuas que implicam o uso de trabalho manual, encarecendo dessa forma a prestação do serviço. _____ Persistem dúvidas quanto à intervenção no domínio privado, porque apesar de diploma que rege esta matéria prever alguma proteção, considerando a segurança nacional, o certo é que quer o Código Civil quer a Constituição não foram alvo de alteração, pelo que espera não vir a ter nenhum dissabor que se traduza em processo judicial. Permanecem, também, as dúvidas de como o Município irá ser ressarcido destas despesas, contudo os autos de medição vão ser elaborados e enviados, esperando que o pagamento não se traduza na entrega de propriedades como forma de pagamento. Solicitaram esclarecimentos e indicações à tutela, designadamente, sobre o destino a dar à madeira que for cortada, contudo não obtiveram qualquer indicação. Os Srs. Presidentes de Juntas já possuem orientações sobre a matéria, assim como, os sapadores e o SEPNA. Foram dadas orientações às equipas de intervenção no sentido de cortarem e deixarem a madeira no local. _____

A estrada do Faro é uma das prioridades, assim como, existem algumas situações pontuais, por exemplo, a “Quinta das Pretas”. _____

Terminada o período de antes da ordem do dia, passou-se à discussão e apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal. _____

III – PERÍODO DA “ ORDEM DO DIA”

PONTO 1º - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições ao ponto supra referido constante da ordem do dia da agenda de trabalhos da presente sessão, tendo-se inscritos os Membros Srs. Cláudia Labrujó, Francisco Romeu, Paula Natal, Inês Ferreira, José Nogueira, Óscar Silva. _____

- O Membro **Sra. Cláudia Labrujó** considera que o Sr. Presidente da Câmara deveria ter respondido ao Membro Sra Inês Ferreira que iriam diligenciariam a demarcação de uma faixa de proibição de estacionamento junto ao jardim e Pinto da Costa. Mencionou que o estacionamento, nesta zona, não seria um problema, uma vez que existe o antigo campo da feira, que poderá ser utilizado para esse efeito. Seguidamente, concordou que efetivamente a saída junto à “Chave 3” está muito perigosa. _____

Alertou para a questão do acesso ao Wi-Fi não ter sido respondida. _____

Relativamente à limpeza dos terrenos, é uma questão legal. Sabe que na Galiza quando há terrenos que estão de mato e em risco, comunicam aos proprietários um determinado prazo para procederem à limpeza, que não sendo cumprido são substituídos pelo Ayuntamiento que lhe fatura o serviço efetuado.

Relativamente à preocupação do Sr. Presidente da Câmara, no que concerne à madeira que é cortada, sugeriu a sua contabilização por elementos da proteção civil, assim como, o seu leilão, como forma de arrecadação de receitas para pagamento de despesas, caso o proprietário não possua outra forma de o fazer, salvaguardando questões legais. _____

Quanto às empreitadas e projetos, solicitou informações sobre a previsão de início de obras na Zona dos Esquecidos, dado já existirem algumas vias de acessos ao cruzamento com intervenção. _____

Por último, solicitou informações sobre os processos judiciais nºs 2 e 4, dado que já se arrastam há bastante tempo. _____

– O Membro **Sr. Francisco Romeu** questionou, relativamente às empreitadas e projetos, na parte que concerne à Freguesia de Ganfei para quando é que está prevista a realização da obra “Veigas do Minho APPÉ - Valorização e Interpretação do Sítio de Importância Comunitária (Rio Minho), em fase de preparação de concurso. Pensa que será a Ecopista Verde _____

– O Membro **Sra. Paula Natal**, no que se refere ao ponto de situação de empreitadas e projetos, solicitou uma breve explanação sobre: “Veigas do Minho APPÉ - Valorização e Interpretação do Sítio de Importância Comunitária e PAMUS – Plano de Mobilidade Urbana e Sustentável. _____

– O Membro **Sra. Inês Ferreira** solicitou informação sobre a previsão de início das obras da Escola Básica e Secundária de Muralhas do Minho, sede do Agrupamento Muralhas do Minho. _____

Quando as intervenções iam neste momento, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** referiu que é hábito se dar a palavra em primeiro lugar aos membros do partido com menor assento no órgão, por lapso tal não aconteceu, contudo considera que não será visto como um problema. _____

Termos em que deu a palavra ao membro que se segue. _____

– O Membro **Sr. José Nogueira** após ter efetuado as habituais saudações, questionou o motivo da escolha da cor azul para o cartão de Membro da Assembleia Municipal que acabara de receber, quando a cor do Município é o roxo, assim como questionou não têm outros direitos para além dos que aí são mencionados, nomeadamente aqueles que lhes confere a Constituição, a Lei do Acesso aos Documentos Administrativos, etc, ou se só possuem os previstos no Estatutos dos Eleitos Locais e na Lei 75/2013, de 12 de setembro, quando esta, pelo menos na redação em vigor. Considera que ter-se colocado apenas aqueles dizeres seria melhor não ter posto nada. _____

– O Membro **Sr. Óscar Silva** constatou, nos compromissos plurianuais, a contratação de serviços de aluguer de um camião cisterna para distribuição de água às freguesias do Concelho, devido à seca. Trata-se de um ajuste direto no valor de vinte e quatro mil euros, celebrado com uma empresa espanhola denominada de “Humaniza Viales, S.L.” Assunto que parecia normal, para fazer face as necessidades da população, num bem tão essencial como é a água, começa a não ser compreendido pelos cidadãos mais atentos quando se percebe que a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Valença também presta este serviço, como já prestou anteriormente ao Município, comprovando, dessa forma, a sua capacidade para responder no cumprimento do mesmo. Contudo o executivo optou por realizar uma contratação de um serviço de quatrocentos horas a pagar sessenta euros/hora, totalizando o aludido valor que consta deste ajuste direto. Facto que despertou curiosidade e descobriu-se que um dos sócios da empresa “Humaniza Viales, S.L.”, com quem o Município celebrou este ajuste direto é descendente do Sr. Alberto Moran, proprietário da empresa “Narom”, com quem o Município de Valença trabalha frequentemente. Não questionou a legalidade do procedimento, mas sim algo que já questionou no passado sobre estas contratações entre o Município de Valença, a “Narom” e outras empresas associadas ao grupo, como a “Emprosil”, a “Radical Canela” e recentemente a “Humaniza Viales, S.L.”, que a ética e a moralidade deverão presidir ao funcionamento de qualquer autarquia. A transparência passa pela ética que fica claramente comprometida e em cheque com este tipo de procedimento. Há outra questão que considera tão ou mais importante e relevante, o Município preferiu fazer mais um negócio com empresas espanholas, quando essa despesa de vinte e quatro mil euros era mais importante e fundamental para a vitalidade de uma instituição nobre e de serviço público do nosso concelho, como a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Valença. Quando este executivo municipal tanto apregoa o apoio às instituições valencianas, verifica-se com este ajuste direto o contrassenso dessas palavras repetidamente proferidas pelo PSD. As palavras levam o vento, as ações ficam marcadas na memória de quem as viveu e preferiu contribuir para o enriquecimento de uma empresa espanhola em detrimento desta instituição de valor contrastado no nosso concelho, como a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Valença, configurando uma péssima gestão autárquica, pelo que questionou o Sr. Presidente da Câmara o motivo dessa opção. _____

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente

da Câmara para os esclarecimentos que entendesse por convenientes. _____

O **Sr. Presidente da Câmara Municipal** começou por referir que, no seguimento da intervenção que vão levar a efeito na entrada Oeste de Valença, junto ao Albergue do Peregrino, construção de uma rotunda, contrapartida da empresa SONAE pela implementação da unidade comercial “Continente-Bom dia”, já foi elaborado um projeto para a intervenção na Zona dos Esquecidos. A par desta intervenção existe a necessidade de criar uma entrada mais digna para Valença, na zona Norte Nascente junto à “União Columbófila Valenciana”. A área que aí existe não permite a construção de uma rotunda redonda, pelo que terão que utilizar parte da área de espaço público adjacente que é usada para estacionamento de casas unifamiliares, precisamente para reconfigurar para uma rotunda oval. No cruzamento dos esquecidos vai ser construída uma pequena rotunda cónica que irá, no futuro, disciplinar a velocidade e o sentido do trânsito até à antiga “Casa do Benfica”, troço que passará a ter trânsito apenas num dos sentidos, resolvendo, desta forma, a dificuldade de circulação no entroncamento com a EN 101. Ainda irão ter reuniões de trabalho. Naquela área irá surgir um loteamento novo com implicações na via pública, na Av^a. Tito Fontes, que poderá um dia vir a descongestionar o trânsito em relação à Boavista, Seara, Santa Luzia, mas de momento vão acomodar eventuais sobrecargas de tráfego na Av^a. Tito Fontes. Existem alguns problemas em termos de passeios, estacionamento, drenagem de águas pluviais e falta de árvores, a circulação rodoviária passará a ser feita apenas num sentido, que irão ficar sanados com esta intervenção, perfil que será levado até ao cruzamento das Azenhas. Isto resulta do PAMUS que elaboraram (Plano Municipal de Mobilidade), criação de canais de mobilidade pedonal e clicáveis dentro da Cidade, ligando o Centro Histórico aos principais Centros de Transportes Públicos, quer rodoviário quer ferroviário. Vai ser criada uma ciclovia que vai ligar a Estação à Escola Superior, que irá receber bicicletas elétricas. Irá também ser criada uma ponte em madeira para peões e bicicletas devidamente sinalizada junto à Ponte Seca e com os necessários meios de segurança, ou seja, com proteção laterais subjacente à existência da linha ferroviária eletrificada. _____

Simultaneamente a esta intervenção temos a “Veigas do Minho APE”, requalificação da margem ribeirinha do Minho desde a Zona do Cais até Verdoejo. Será uma ecovia com equipamentos de usufruto da paisagem do rio. Na zona da Pesqueira, em Ganfei, irão ser construídos uns passadiços para a pesca à savelha e uma ponte de ligação ao Parque de Merendas de Verdoejo, entroncando com as vinhas e o Rio Minho, seguindo o ramal da CP. A Pesqueira já está reconstruída, foi prolongada para aquilo que seria o seu perfil antigo e já iniciaram os trabalhos de construção da rampa de embarcações para os barcos. Aguardam a aprovação da APA para o futuro pontão de amarração para Freguesia de Ganfei e, futuramente, para a de São Pedro da Torre. Relativamente à Escola Básica e Secundária Muralhas do Minho, informou que está novamente em concurso público, publicado de com as exigências do novo CCP. _____

Quanto aos processos judiciais não há nada de novo a acrescentar àquilo que já referiu em sessões anteriores e não existem novos processos. Aguarda-se que a justiça decida. Em relação ao processo com as Águas do Noroeste, S.A. informou que será resolvido num acordo final em relação à possível constituição de uma empresa, uma parceria entre esta e os Municípios para a gestão dos sistemas de água e saneamento em baixa. Prevê que numas das próximas sessões da Assembleia Municipal possa ser presente para deliberação. Continuará a ser gerido por uma empresa pública, que acarretará alguma positividade ao endividamento, na medida em que não é contabilizado para o endividamento municipal. _
Quanto ao facto de as empresas serem espanholas ou não, esclareceu que a Narom é uma empresa com

sede em Valença, que paga os seus impostos neste concelho, nomeadamente IRC e derrama e trabalha com a Câmara e com as Juntas de freguesias. Se existissem mais empresas registadas em Valença e competitivas, o Município arrecadaria mais receitas. Possui uma central de betuminoso em Espanha, permitindo-lhe ter preços imbatíveis comparativamente aqueles que efetivamente são praticados nesta zona, cerca de 30% mais caro. Uma forte concorrente é a Habimonção, contudo a sua localização em Monção e a deslocação a Espanha para recolha do betuminoso, encarece a prestação do serviço e dificulta -lhe a competitividade. Infelizmente em Portugal, na área da pavimentação no que se refere a betuminoso, não existem muitas empresas competitivas. _____

Quanto à contratação de serviços de camião cisterna, mencionado pelo Sr. Óscar Silva, esclareceu-o que o atual executivo nada tem a temer a nível de ética, moral ou inclusivamente de transparência. O Município tem tido várias inspeções e sobre essa matéria e tem cumprido sempre de acordo com o legislado, é uma das obrigações das entidades públicas. _____

A maior parte da corporações de bombeiros não têm cisterna, possuem auto-tanques com capacidades de 4000 a 5000 litros e para abastecer um depósito do concelho dos mais pequenos teria que se deslocar 3 a 4 vezes. Portanto existiam algumas limitações logísticas. Na altura só contrataram esta empresa quando o camião dos bombeiros ficou inoperacional, portanto indisponível, termos em que o Município adjudicou o serviço à supra citada empresa para prestação do referido serviço, apesar de continuarem usar o serviço dos Bombeiros. E como prova disso, mencionou que o Município tem uma fatura no valor de cerca de 20 mil euros para lhes pagar, portanto a Associação não foi prejudicada. Aos fins de semana o serviço de abastecimento de água foi realizado pelos bombeiros e durante a semana era realizado pela empresa contratada, dado que era sistemático implicava o seu abastecimento diário, para o qual a A.H.B.V.V. não dispunha de recursos com capacidade de resposta. Finalizou, no que a este assunto diz respeito, dizendo que se o Município se versasse apenas valor da prestação do serviço, optaria por adjudicar todo o serviço à empresa da cisterna, contudo nunca foi, nem é intenção da autarquia deixar de apoiar uma Associação que, como todos sabem, é vital para a proteção civil e segurança do concelho, pelo que continuarão a socorrer-se da mesma para prestação de serviços. Em suma contrataram uma empresa porque era necessária. _____

Finalizados os esclarecimentos, o **Presidente da Assembleia** procedeu à abertura da **segunda ronda** de interpelações, tendo-se inscrito os Membros Srs. Cláudia Labrujó, Óscar Silva, José Nogueira, Paula Natal e Inês Ferreira. _____

- O Membro **Sr. Cláudia Labrujó** questionou a que se destina o “contrato de arrendamento urbano para fim não habitacional” que consta dos compromissos plurianuais. _____

- O Membro **Sr. Óscar Silva**, relativamente à questão do fornecimento da água, disse que por aquilo que sabe os bombeiros tinham capacidade de resposta, segundo fontes dos Bombeiros, pelo que o argumento apresentado parece-lhe contraditório. _____

Relativamente à transparência do Município, crê que a resposta também fica dada pelo índice de transparência municipal ao longo dos últimos anos. Relativamente a questões que não foram respondidas, no que concerne ao funcionamento das comissões e dos conselhos municipais, gostaria que o Sr. Presidente da Câmara e da Assembleia se pronunciassem sobre essa situação. _____

- O Membro **Sr. José Nogueira** referiu que existe um princípio muito importante na democracia, denominado de “contraditório”. Esperava resposta à pergunta que fez ao Sr. Presidente da Assembleia e ter a oportunidade de contrapor. Os ditadores é que gostam de falar no fim e não dar resposta e não ter dialética. Aguarda então a resposta sobre o cartão, cor e dizeres. _____

Seguidamente, comparou a conversa que o Sr. Presidente da Câmara vai ter com os moradores das zonas a intervir, no âmbito das alterações na circulação rodoviária no concelho, com o contrato de execução feito com as juntas/assembleias de freguesias. Verifica-se uma imposição, ou seja, explica como vai processar o que já está definido, designadamente, na Av^a. Dr. Tito Fontes já se sabe que irá ter um único sentido, sem auscultação dos moradores. Ramal de uma estrada municipal perfeita, apto para ter duas vias de circulação, uma no sentido descendente e outro no sentido ascendente. _____

Seguidamente, a propósito da sinalização e alterações de trânsito que o Sr. Presidente de Câmara acabou de referir, parece-lhe que serão mais um impedimento ao trânsito. A título de exemplo, referiu que quando nasceu, há 55 anos, e ainda esteve algum tempo em Valença, entre Valença e Monção, trajeto com muitas curvas, faziam-se corridas de carros com Minis que faziam 8 minutos e, no seu pior, 11 minutos de tempo, Opel 12 minutos. Atualmente, plantaram sinalização nessa estrada que costuma dizer, pediu desculpa aos Monçanenses, que Monção virou o bairro residencial da Cidade de Valença, contudo não se justifica que hoje em dia, aqueles que cumprem os sinais de trânsito, demorem mais de 20 minutos a efetuar esse mesmo trajeto que pelos vistos vai ter mais um “salto”. Começa a achar, que a Câmara Municipal poderá ter algum acordo com as garagens, uma vez que coloca tantos saltos. Ainda a propósito dos “saltos”, referiu, considerando que os regulamentos externos são da competência da Assembleia Municipal, que não existe nenhum regulamento de “saltos” aprovado. Termos em que sugeriu, para que tudo fique legal, que os regulamentos de trânsito, cuja eficácia é externa, venham à Assembleia Municipal para aprovação, assim como, que fosse criada uma Comissão de Trânsito para estudar todas essas alterações, porque o “posso, quero e mando”, não está correto. _____

Relembrou, que na liderança anterior ao PSD, foi criada uma comissão de trânsito para estudar os problemas de circulação rodoviária, na qual se auscultavam e expunham ideias e sugestões e chegavam a consensos, para decidirem o que é estruturante para Valença, a nível de trânsito, à semelhança daquilo que o Sr. Rui Rio fez ao Partido Socialista. _____

Considera que, atualmente, se está, cada vez mais, a congestionar Valença e que qualquer dia atravessar Valença vai ser pior que atravessar o Porto, questionando porque é que em vez de se colocarem saltos e rotundas “ovais” não se cria uma via de cintura externa a Valença. _____

Questionou se o troço de estrada em frente ao Casa do Benfica vai ter dois sentidos ou se terão que efetuar desvio para retomarem a estrada para Monção, acrescentando que não se devem de esquecer que, infelizmente e uma vez que a Câmara Municipal não faz nada, o Centro de Saúde está em Monção e os valencianos para receberem assistência hospitalar têm de se deslocar a esse mesmo Concelho. Finalizou, questionando se com estes saltos e entraves se irá prestar melhor assistência às pessoas que têm problemas de saúde. _____

- O Membro **Sra. Paula Natal** ficou satisfeita com a explicação que o Sr. Presidente da Câmara deu

sobre o PAMUS – Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, porque para além de considerar também defende que Valença é uma Cidade bonita, pelo que se congratulou com a existência de mais espaços do género. _____

Seguidamente, referiu, a propósito da intervenção do Membro Sr. Óscar Silva feita acerca da aquisição de serviços que o Município contratou para abastecimento de água à população do Concelho, que numa desgraça existem sempre duas opções chorar ou vender lenços de papel. Considera uma ótima visão a opção de vender os lenços de papel, para sua pena que a filha do seu pai não tivesse tido essa visão, porque faria exatamente igual. _____

- O Membro **Sra. Inês Ferreira** referiu que o cartão de Membro da Assembleia Municipal, do mandato anterior, possuía os mesmos dizeres que o atual, assim como, não se recorda que, então se tenha colocado a questão de não estarem plasmados os direitos e deveres da Constituição da República. A legislação ainda não mudou e que, como é óbvio, os direitos e deveres dos membros dos Órgãos Autárquicos estão plasmados em diversos diplomas legais. _____

A respeito da intervenção da Dra. Inês Ferreira, o Membro **Sr. José Nogueira** referiu que, há 4 anos, a lei 75/2013 não estava em vigor. _____

Quanto à intervenção do orador anterior, o Membro **Sra. Inês Ferreira** reforçou que apenas referiu que há 4 anos também não constava dos dizeres do cartão os direitos e deveres plasmados da Constituição da República como o Sr. Dr. Nogueira frisou que deveriam constar. _____

Os restantes membros prescindiram do uso da palavra, nesta segunda ronda. _____

Finalizadas as intervenções, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para os respetivos esclarecimentos. _____

O Sr. Presidente da Câmara começou por responder que o “contrato de arrendamento urbano para fim não habitacional” está relacionado com as instalações da CPCJ e da Ação Social. _____

Em relação às questões rodoviárias, as preocupações manifestadas pelo Membro Sr. José Nogueira quanto à sinalética, “timing” e percurso de Valença a Monção, pareceram-lhe exageradas, contudo considera uma necessidade premente a intervenção na E.N.101, para a qual se prevê que o Governo e a IP lancem empreitada este ano ou em 2019, dado que está prevista desde 2016. Acredita que depois de requalificada, com a sinalética que se prevê que será colocada, se os condutores cumprirem todos os sinais de trânsito, a segurança rodoviária irá melhorar. Prosseguindo, mencionou que a intervenção prevista para a Freguesia de Verdoejo, para abastecimento de água está condicionada à execução da intervenção na rede viária na E.N. 101, na medida em que implica depósito de garantia bancária para possíveis danos na estrada, à semelhança daquela que foi efetuada para a travessia de saneamento no cruzamento, junto ao campo de futebol, na freguesia de Friestas (garantia bancária de 15 mil euros). _____

Quanto à sugestão que o Sr. José Nogueira fez em relação à criação de uma via externa, frisou que já existe, há anos, a promessa de que a A27 chegaria a Valença, a qual apesar de estar marcada no PDM ainda não saiu do papel. Apesar de em 2011 ter conseguido que num estudo do INIR e da CCDRN, fosse

acolhido o prolongamento da A27 até ao cruzamento de Friestas/Gondomil, traçado com uma nova ponte em Lapela para ligar à A52, ficou apenas pelos estudos. Quer o anterior Governo quer o atual referem que não é uma prioridade, que não há verbas para esses tipo de infraestruturas e que teremos que aguardar. O Município vai fazer dentro das suas possibilidades o melhoramento da rede viária. _____

Finalizados os esclarecimentos, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** começou por responder às questões que lhe tinham colocado, informando que a Assembleia da CIM Alto Minho já reuniu, assim como, tem conhecimento de que a CPCJ tem tido as habituais reuniões e que houve eleição de uma nova Presidente e, ainda, que o Conselho Municipal das Florestas terá reunido para aprovar o novo Plano Municipal de Florestas. _____

Relativamente ao cartão de membro da Assembleia Municipal não lhe parece que a questão de cor e dizeres sejam questões tão profundas que suscitem algum tipo de entrave ou problema à sua utilização. Os direitos/deveres de membros quer sejam aqueles que estão consagrados na Constituição ou noutros diplomas legais, nunca deixarão de os possuir pelo o facto de não estarem plasmados no verso do Cartão de Membro da Assembleia Municipal. _____

Finalizados os esclarecimentos, a **Assembleia Municipal** apreciou e tomou conhecimento da informação a que se refere a alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, com o resumo da situação financeira do Município no dia 31 de dezembro de 2017, assim como, da Listagem dos processos judiciais pendentes em 14/02/2018 e o estado dos mesmos; do ponto de situação de empreitadas e projetos; dos compromissos plurianuais assumidos entre 13/12/2017 a 31/12/2017. _____

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi sugerido que seria oportuno fazer-se um intervalo, pelo que quando eram 11h20m interrompeu a sessão, tendo sido retomada pelas 11h45m. _____

Antes de iniciar a discussão do ponto que se segue, alertou os Membros do órgão, que ainda não o fizeram, para a necessidade de procederem à entrega de fotografia atualizada para a emissão do respetiva cartão de Membro. _____

PONTO 2º – IGF – COMUNICAÇÃO

Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de 11 de janeiro finco, foi apresentada a a resposta do IGF resultante da inspeção a que foi sujeito o Município em 2013, na qual comunica não existir lugar a reposição de verbas. _____

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições ao 2º ponto do período da ordem do dia da agenda de trabalhos desta sessão, tendo-se inscrito os Membros Srs José Nogueira e Inês Ferreira. _____

- O Membro **Sr. José Nogueira** mencionou que só havia a dizer uma coisa, que tomaram conhecimento. Considera triste e constrangedor que numa sessão ordinária o único ponto pedido tenha sido este, o que, por si só, revela completa e absoluta inação do executivo e um desrespeito pela própria Assembleia Municipal e Valencianos, ao não existirem pontos para aprovação. _____

Seguidamente, frisou que a cor do cartão de Membro da Assembleia Municipal não é indiferente, porque

a cor de Valença é o roxo, assim como, não é indiferente que não constem do regulamento de trânsito os “saltos e saltinhos” e as rotundas que já foram feitas. É importante que se discuta e não se imponham as vontades às pessoas e pelo facto de o PSD possuir maioria, não lhe dá todos os direitos e mais alguns, porque há situações absolutamente importantes que devem ser discutidas para bem do Concelho. Lamenta que tenha sido agendado, apenas, este ponto para conhecimento e espera que isto seja retificado já que há coisas muito importantes para resolver e atualizar neste concelho. _____

- O **Membro Sra. Inês Ferreira** lembrou que a sessão de hoje não teve apenas um único ponto, como foi referido pelo seu antecessor. Apreciaram e discutiram a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, na qual tiveram oportunidade de colocar questões pertinentes ao Sr. Presidente de Câmara sobre aspetos fulcrais para o concelho, sucedendo de igual modo no período de antes da ordem do dia. O Grupo Municipal do Partido Socialista apresentou uma recomendação que considerou bastante importante, apesar de se ter traduzido em algo que já se estava a fazer. _____

Finalizadas as intervenções, foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, para prestar esclarecimentos. Começou por referir que são submetidos à Assembleia Municipal todos os assuntos que por força da Lei sejam da sua competência. Na sessão da Assembleia Municipal de Fevereiro geralmente os assuntos são escassos. Como todos tem conhecimento, existem dois momentos “altos” de assuntos para serem discutidos na Assembleia Municipal, o orçamento e a prestação de contas que ocorrem nas sessões de novembro e abril respetivamente. _____

Em relação ao relatório da IGF, referiu ainda que na altura da inspeção alguns Vereadores e Membros da Assembleia Municipal teceram algumas considerações pouco agradáveis em relação ao órgão executivo, nomeadamente, irresponsabilidade e pouco cuidado, por parte deste, na gestão dos destinos do Município, pelo facto de a Inspeção ter considerado uma ilegalidade o pagamento de participações em custas de processos de execução, de mais de 20 mil euros. Lembrou que era uma prática que já vinha do passado, dado que os funcionários que trabalham com execuções fiscais sempre receberam emolumentos dos processos, à semelhança daquilo que acontece com os funcionários da AT. Apesar da Lei ser omissa no que toca a esta situação, não invalida que por equiparação os Municípios não pudessem permitir que os seus funcionários com responsabilidade nessa matéria recebessem uma parte das participações. Quando começaram a existir dúvidas noutros Municípios, o Município de Valença, por uma questão de cautela, suspendeu o pagamento de emolumentos aos funcionários. Na altura a IGF imputou ao Município a ilegalidade desse pagamento, levando a autarquia a solicitar aos trabalhadores a reposição das verbas recebidas. Por estes foi contestada tal decisão e foi-lhes dada a razão, pelo que não terão que devolver qualquer verba. Espera que esses mesmos trabalhadores, no futuro, não coloquem uma ação contra a Câmara para lhe serem pagas verbas, que entretanto não receberam ou que pretensamente se achem no direito de receber. É um processo que agora se vê encerrado, contudo não invalida que em futuras inspeções o mesmo seja reaberto. Caso fosse dada razão à IGF, teria sido imputada responsabilidade pessoal ao Presidente de Câmara, que recorreria para o Tribunal Administrativo. Hoje em dia o Ministério Público, junto do Tribunal de Contas, avança logo com uma coima de 10 unidades de crédito, no mínimo, que significa 2000 (dois mil) euros, portanto era uma

consequência direta. Felizmente o processo ficou por aqui e ninguém perde o mandato por isso, nem o Município terá algum efeito grave dessas situações. Considera que, neste processo, deveria ter existido uma reunião com um conselho arbitral em que estivessem presentes o Município, a IGF e um arbitro, nomeado por comum acordo das partes, para, em sede de relatório preliminar, se chegar a uma resolução sem chegar ao contraditório e ao Ministério Público. Considera, no entanto, que a decisão proferida no relatório final em apreço a IGF deu-se por vencida mas não convencida, ou seja, como existem algumas dúvidas e já existe alguma jurisprudência sobre o assunto, embora não muito clara, mas aceitável, decidiu que não havia lugar a reposição de verbas. _____

Finalizados os esclarecimentos, o **Presidente da Assembleia** procedeu à abertura da **segunda ronda** de interpelações, tendo-se inscrito os Membros Srs. José António Nogueira e Inês Ferreira. _____

- O Membro **Sr. José Nogueira** referiu, na sequência da intervenção da Sra. Dra. Inês Ferreira, que, realmente, possuem dois pontos e até têm mais. O período de antes da ordem do dia contempla diversos assuntos, como o prevê o atual regimento desta Assembleia, como sendo leitura pela mesa do expediente, discussão e votação da ata da sessão anterior, apresentação de propostas, moções ou recomendações e emissão de votos, intervenções políticas e interpelações orais ao Presidente de Câmara Municipal. Por força da alínea c) do nº 2 do artigo 25º da lei 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, à Assembleia Municipal compete “apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma sessão escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município”. Assuntos obrigatórios para apreciação em cada uma das sessões. Continua a dizer que apenas lhes foi apresentado um ponto para tomarem conhecimento, a decisão final da IGF, cujo relatório preliminar já tinham conhecimento. _____

Por último, voltou a insistir com o Sr. Presidente da Câmara, uma vez que já houve modificações ao trânsito e se preveem mais “saltos” e modificações, se irá ser aprovado um regulamento que contemple essas situações, à semelhança do que existe para a zona extramuros, e se, tal como foi adotado na era do executivo PS, existirá uma Comissão de Trabalho, com a colaboração dos membros da Assembleia Municipal. Julga não ter extravasado, porque como o ponto é tão comezinho, que é caso para dizer-se que se recebe uma senha de presença para nada dizer ou fazer. _____

- O Membro **Sra. Inês Ferreira**, prescindiu do uso da palavra. _____

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Câmara** mencionou que estava a ler o relatório da IGF e nas propostas finais da fiscalização, ao Presidente da Câmara foi-lhe movido um processo que versava três áreas, a opção gestionária, abono para falhas e piquete de águas. Ao reler lembrou-se que quanto à opção gestionária, a IGF possuía um entendimento diferente do Município, imputando possível responsabilidade financeira pessoal, exigindo a devolução de verbas recebidas, por parte dos funcionárias que as receberam fruto dessa opção. Traduziam-se, no seu total, em cerca de 90 mil euros. Felizmente

que entre o relatório preliminar e o final foi publicado um acórdão do Tribunal de Braga, sobre a matéria, a dar razão à Câmara Municipal de Melgaço. Caso assim não tivesse acontecido a Câmara Municipal de Valença corria o risco de estar perante processos de contestação na devolução das verbas, movidos por cerca de 300 dos seus funcionários. _____

Outra das situações era o abono para falhas do Diretor da Piscina, devido pela conferência das receitas diárias do equipamento da sua alçada, contudo a IGF entendeu que não tinha direito a esse abono para falhas e foi-lhe retirado, então, e não lhe foi solicitada a reposição das verbas recebidas. _____

O último era a obrigatoriedade de implementar o trabalho por turnos no piquete de águas, que se traduziu num acréscimo de custos, face à solução existente - um piquete de disponibilidade imediata - e não tem provas de que o serviço tenha melhorado na proporção do custo, na medida em que passou-se a um serviço com horário mais rígido. Rigidez essa que se traduz numa falta de serviço disponível quando existem ocorrências fora de horas de intervenção do piquete. Em suma, as conclusões da inspeção afinal todas lhes foram favoráveis, mesmo nessas pequenas questiúnculas. _____

Quanto à inexistência de pontos para aprovação por parte da Assembleia Municipal, voltou a frisar que sempre que haja matéria que seja da competência deste órgão o mesmo será presente para a respetiva deliberação, inclusivamente em matéria de trânsito. _____

Terminada a intervenção, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** finalizou referindo que apesar de alguém achar que não estiveram a fazer nada, três horas são muitas para não se ter feito nada. Todos procuraram contribuir de alguma forma para o bem do Concelho, de acordo com a agenda que é solicitada pela Câmara Municipal e que em sede de Comissão Permanente foi elaborada. Estiveram a cumprir aquilo que estava estipulado em convocatória. Terminou agradecendo a colaboração de todos os presentes. _____

A propósito desta última intervenção, o **Membro Sr. José Nogueira** frisou que o Sr. Presidente da Assembleia deve ser imparcial e pôr os nomes, questionando-o se esse alguém que achava que não estava a fazer, se referia ao próprio, se não tinha direito a exprimir a sua opinião e se queria ser um “ditadorzinho”. A última palavra é do Sr. Presidente da Assembleia. _____

O **Sr. Presidente da Assembleia** referiu que por muito que ao seu antecessor lhe custe que a última palavra desta Assembleia seja do próprio, foi isso que foi determinado pelo população valenciana e, em segunda instância, por todos os aqui estão presentes, que com voto democrático livre e espontâneo votaram neste Presidente e nesta mesa da Assembleia. _____

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da decisão final da IGF. _____

Seguidamente referiu que da sessão de hoje não resultou a necessidade de se efetuar ata em minuta dado não existirem pontos com aprovação para se surtam efeitos imediatos. _____

Finalizada a intervenção, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, comunicou que os trabalhos estavam encerrados quando eram 12h15m. _____

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presenta ata composta por dezanove páginas, a

qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal** e pelo Assistente Técnico que a redigiu.

Apoio à Assembleia Municipal A Assistente Técnico,	Assembleia Municipal de Valença O Presidente,
_____	_____
Elisabete Guerreiro Dias Esteves	Alberto Luís de Oliveira Vilas